



HAL
open science

Armando Castro

Christophe Araujo

► **To cite this version:**

| Christophe Araujo. Armando Castro. Dicionário de Historiadores Portugueses, 2023. hal-04281454

HAL Id: hal-04281454

<https://hal.science/hal-04281454>

Submitted on 12 Dec 2023

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



Open licence - etalab

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



CASTRO, Armando Fernandes de Moraes e (Porto, 1918 – Porto, 1999)

Armando Castro teve duas experiências muito diferentes de historiador. Experiências estas intimamente ligadas à rutura essencial que representou o 25 de abril de 1974 na cronologia política portuguesa. Na sua primeira vida académica, anterior à Revolução dos Cravos, foi enquanto investigador, o “historiador de domingo”. Esta expressão foi cunhada por Philippe Ariès quando se apresentou, em entrevista, a Michel Winock. De facto, Ariès só viria a obter uma vaga no Centre national de la recherche scientifique em 1978, com 64 anos, numa idade já avançada. Anteriormente a esta mudança profissional, que o integrou oficialmente na vida académica francesa, Ariès apenas podia investigar no tempo que lhe restava fora das suas ocupações profissionais. Neste sentido, e na medida em que foi impedido de ingressar na universidade portuguesa, por motivos políticos, durante o Estado Novo, também Armando Castro teve de trabalhar como advogado. Só nos momentos livres podia dedicar-se à escrita da História. A sua única experiência docente, antes do 25 de abril, ocorreu no Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Aqui regeu a cadeira de Introdução às Ciências Humanas, entre 1970 e 1973. Porém, quando este Instituto foi reconhecido pelo Estado, o seu contrato não foi renovado por impedimento da Direção-Geral de Segurança. Eis como Armando Castro resumiu esta primeira vida que se dividia entre a advocacia e a investigação durante a ditadura: “Advogar nas condições trágicas que era ter sempre o mínimo de trabalho possível para poder continuar as minhas investigações. Às vezes descia abaixo desse mínimo e tinha problemas de subsistência económica. Isto foi assim durante mais de trinta anos. Às vezes não tinha dinheiro para pagar a renda da casa. Quando tinha mais um bocado que fazer vivia amargurado, porque não tinha tempo para os meus trabalhos” (AA.VV., «Entrevista com Armando Castro por António Mendonça, Carlos Bastien, Elivan Ribeiro», em *Vértice*, julho 1988, n.º 4, p. 100). A sua segunda vida, radicalmente diferente da anterior, começou logo depois da Revolução de abril, ao ocupar uma cátedra na Faculdade de Economia do Porto. Lugar onde permaneceu até à sua jubilação, em 1988, por ter atingido o limite de idade. Durante este período, já era um historiador profissional, que podia escrever e lecionar as disciplinas de Economia e História para formar alunos. Através do estudo do seu percurso intelectual e cívico, podemos medir a importância da política na vida e no pensamento do historiador.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Armando Castro nasceu na cidade do Porto, numa família de classe média alta. Era filho de Amílcar de Castro, advogado, e de Irene de Castro, professora no Porto numa escola infantil e depois numa escola primária, após a supressão da educação pré-escolar com o decreto n.º 28 081 de 9 de Outubro de 1937. Ambos eram oposicionistas ao Estado Novo e nitidamente de esquerda. Neste ambiente familiar de militância política, tendo em conta que os dois eram membros do Partido Comunista Português, Armando Castro juntou à sua formação escolar a aprendizagem de um marcado posicionamento cívico e político à esquerda. Quando frequentava o Liceu Rodrigues de Freitas no Porto, ainda adolescente, por volta de 1935, aproximou-se daquele partido, então clandestino, como simpatizante. Mais tarde, ao matricular-se em Ciências Jurídicas na Universidade de Coimbra, entre 1937 e 1941, tornou-se militante durante a sua licenciatura. Completou os seus estudos com uma outra licenciatura, em 1942, na mesma universidade: Ciências Político-Económicas. Além da luta política estudantil, mostrava ter um claro apreço pela Economia que considerava muito mais interessante que o Direito. Assim, depois de terminar a licenciatura em Ciências Jurídicas, foi bolseiro do Instituto para Alta Cultura no Centro de Investigação Económica da Universidade de Coimbra, entre 1941 e 1943. Esta ligação ao meio académico português poderia ter marcado o início de um pacato percurso académico, mas, devido à sua atividade política, conhecida pela polícia política, a sua carreira parou. Esta paragem impediu-o de deixar Coimbra e de regressar ao Porto, para perto dos seus familiares. Casado desde 1943, praticou a advocacia e apesar do desgosto pelo seu trabalho, para assegurar as necessidades da vida, não perdeu a vontade de publicar trabalhos científicos.

A partir da cidade portuense, no período anterior ao 25 de abril de 1974, começou então uma ininterrupta atividade de militante oposicionista. Ao contrário de outros historiadores com semelhante posicionamento como Joaquim Barradas de Carvalho, António José Saraiva, Vitorino Magalhães Godinho ou Flausino Torres, Armando Castro decidiu ficar em Portugal e lutar continuamente contra o poder político. Assim, foi um apoiante do Movimento de Unidade Democrática formado depois da Segunda Guerra Mundial. Às vezes, a sua ocupação profissional dava-lhe a oportunidade de defender opositores ao Estado Novo: foi o caso de Óscar Lopes e de Agostinho Neto, militante anticolonialista que veio a tornar-se Presidente da República de Angola, já depois do 25 de abril. Armando Castro aliou a sua atividade de militante à de escritor. Viajou durante quatro meses, em 1958, pelas então colónias portuguesas a fim de publicar um livro na clandestinidade intitulado: O Sistema Colonial Português. Ao mesmo tempo que desejava apresentar uma análise rigorosa do imperialismo português, também se empenhava na defesa dos colonizados: “Isso não quer dizer, com efeito, que o autor não sinta profundamente a miséria, o sofrimento e a degradação física, impostos aos povos coloniais e que são o resultado da brutalidade e da desumanização crescentes dos dominadores” (O Sistema Colonial Português, 1978, p. 23). Crítico da política imperial portuguesa, o livro só apareceu nesta altura em língua russa, com o pseudónimo Joaquim Silva, e em português em 1978 já depois do termo da ditadura. Armando Castro também, participou nos três congressos que reuniram as oposições ao Estado Novo, em Aveiro, em 1957, 1969 e 1973, e que foram momentos fortes das forças partidárias da democracia em



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Portugal. Foi ainda candidato da oposição durante as eleições legislativas, pela Comissão Democrática Eleitoral em 1969. Outrossim, viu o livro *Prisioneiros políticos, documentos de 1970-1971*, escrito com Luís Filipe Lindley Cintra e Francisco Pereira de Moura, impedido de circular pela censura. Depois do 25 de abril de 1974, não desistiu da sua atividade política e permaneceu fiel ao PCP. Enquanto muitos dos antigos apoiantes deste partido se afastaram da sua linha ideológica nos anos 1980 e sobretudo nos anos 1990, depois da queda da União Soviética, Armando Castro não alterou o seu posicionamento. A sua presença ativa nas linhas do Avante! e o elogio fúnebre redigido por Óscar Lopes neste jornal após o falecimento de Armando Castro são sinais deste apego ao PCP.

A par da sua atividade cívica e política, Armando Castro produziu uma obra importante no domínio científico. Exclusivamente redigida em português, escreveu mais de cinquenta livros e uma centena de artigos em revistas e jornais. Todos os seus trabalhos se focaram sobre Portugal e a sua obra teve uma escassa difusão além-fronteiras ao escrever apenas em português. Antes de se tornar professor universitário, devemos evidenciar que sempre publicou em revistas que criticavam o poder ditatorial - *O Diabo*, *Sol Nascente*, *Pensamento*, *Vértice*, *Seara Nova* e a *Revista de Economia* - o que denota a estreita ligação entre a sua atividade de escritor e a prática da militância política. Na sua valiosa e vasta produção, aperfeiçoou o pensamento histórico, económico e também epistemológico que pouco desviou de uma leitura marxista. De facto, tanto de um ponto de vista cívico como intelectual, podemos considerá-lo como um marxista ortodoxo, que nunca se afastou da grelha de interpretação do materialismo histórico. Citou Marx inúmeras vezes, apoderou-se da retórica marxista e usou-a ao longo dos seus escritos. Leu *O Capital* nos anos quarenta quando poucos economistas o tinham lido; baseou-se sempre neste autor, nos seus seguidores e nas suas principais indagações. O seu interesse pela Economia, desenvolvido quando era estudante em Coimbra, teve como primeiros marcos os livros *A Investigação Científica ao Serviço da Economia* e *Alguns Aspectos da Agricultura Nacional*, publicados em 1945. Ambos sobre temáticas económicas atuais à época. Porém, rapidamente relacionou a Economia com a História ao publicar o duplo volume *Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa (Fim do Séc. XVIII a Princípios do Séc. XX)* na Biblioteca Cosmos, em 1947. Esta coleção, dirigida por Bento de Jesus Caraça, tinha um nítido fim de vulgarização científica e ofereceu a oportunidade ao jovem Armando Castro de dar a conhecer os seus trabalhos. Durante o mesmo ano, participou na tentativa de viabilização da Sociedade Portuguesa de História da Civilização, como o mostra uma carta de António José Saraiva dirigida a Jorge Borges de Macedo datada de 22 de março de 1947, este último então secretário desta estrutura informal (Processo de Armando Castro, ANTT, PIDE/DGS, SC, Série: SR, N.ºP: 569/46, NT: 2568, folha 170). Este facto ressalta a sua inserção no pequeno núcleo dos historiadores críticos do poder político e desejosos de propor uma nova leitura sobre a História de Portugal.

Depois dos seus trabalhos de 1940, sobre a economia da época contemporânea, Armando Castro sentiu a necessidade de recuar na cronologia para elaborar uma leitura da economia portuguesa na íntegra, ou seja, desde as origens do país até ao presente. A vastíssima obra em 11 volumes, *A Evolução Económica de*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Portugal dos Séculos XII a XV, publicada entre 1964 e 1980 e sobretudo baseada na informação recolhida por Henrique da Gama Barros, é sinal deste interesse em descrever exaustivamente a economia feudal. Aliás, em 1965, a Sociedade Portuguesa de Escritores atribuiu o Grande Prémio Nacional de Ensaio ao primeiro volume, reconhecendo o seu valor científico. Em paralelo da publicação desta obra, complementada por um esboço de perspectiva comparada (Portugal na Europa do seu tempo... 1970), o seu interesse focou-se de novo no estudo dos séculos mais recentes com um primeiro trabalho sobre o século XIX (A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX, 1972) e depois um outro no âmbito do século XX (Economia Portuguesa do Século XX (1900-1925), 1973). A primeira contribuição mencionada era uma reedição aumentada do volume divulgado pela Biblioteca Cosmos em 1947. De certa forma, só ao olhar o título do volume, o historiador reafirmava a tese que Portugal, tal como os outros países europeus, industrializou-se no século XIX e, neste sentido, discordava da tese de Vitorino Magalhães Godinho defendida em 1971 de que “apesar, pois, de incontestáveis progressos, o século XIX não conseguiu realizar a revolução industrial em Portugal – e ainda não realizara a da máquina a vapor quando já na Europa ao norte dos Pirenéus dealbava a da eletricidade e do petróleo” (V. Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 2ª edição em 1975, p. 145). Contudo, Armando Castro insistiu na importância da cronologia e ressaltou que “até perto de 1875, o desenvolvimento económico foi muito lento [...] depois o progresso industrial acentua-se: aparecem máquinas a vapor, começam a surgir fábricas afastadas dos cursos de água, nascem novas indústrias” (A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX, 1972, p. 36). Portanto, sem negar a existência do fenómeno industrial em Portugal, destacava um inegável desfasamento português com a Europa setentrional.

Ao tornar-se professor catedrático, continuou o seu trabalho de investigador e propôs uma História Económica de Portugal, salientando no prefácio “a necessidade de construção duma história económica sistemática e totalizante” (História Económica de Portugal, vol. 1, 1980, p. 15). Desejoso de abarcar toda a cronologia portuguesa, Armando Castro projetava sintetizar os seus trabalhos sobre a Idade Média e a época contemporânea e aprofundar o período moderno que até então não tinha desenvolvido. Porém, não conseguiu terminar este projeto que ficou parado no terceiro volume e no século XVI. Finalmente, também importa referir que Armando Castro não foi apenas um autor solitário na medida em que contribuiu para várias publicações coletivas. De facto, participou no Dicionário de História de Portugal dirigido por Joel Serrão, um dos maiores marcos historiográficos da década de 1960 onde escreveu 84 entradas, e também redigiu várias partes de diferentes volumes da História de Portugal orientada por José Hermano Saraiva na década de 1980. Estes exemplos podem ser multiplicados e mostram que Armando Castro foi com certeza um historiador e um economista marxista cujo contributo foi reconhecido pela comunidade científica portuguesa, quer antes como depois do 25 de abril de 1974.

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Bibliografia ativa: *Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa (Fim do Século XVIII a Princípios do Século XX)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1947; *A Evolução Económica de Portugal dos Séculos XII a XV*, Lisboa, Portugália Editora, 1964-1980 (11 volumes); *Ensaio de História Económico-Social*, Lisboa, Portugália Editora, 1967; *Ensaio sobre Cultura e História*, Porto, Editora Inova, 1969; *Portugal na Europa do seu tempo. História socio-económica medieval comparada*, Lisboa, Seara Nova, 1970; *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Dom Quixote, 1972; *Teoria do Conhecimento Científico*, Porto, Limiar, 1975 para o primeiro volume (oito volumes publicados sobre os vinte previstos); *Economia Portuguesa do Século XX (1900-1925)*, Lisboa, Edições 70, 1973; *O Sistema Colonial Português em África (meados do Século XX)*, Lisboa, Editorial Caminho, 1978; *História Económica de Portugal*, Lisboa, Caminho, 3 volumes, 1978-1985 (obra inacabada); *Teoria do Sistema Feudal e Transição para o Capitalismo em Portugal*, Lisboa, Edições Caminho, 1987.

Bibliografia passiva: AA.VV., « Entrevista com Armando Castro por António Mendonça, Carlos Bastien, Elivan Ribeiro », em *Vértice*, julho 1988, n° 4, pp. 93-105; ALMODOVAR, António, SILVA, Augusto Santos, «Entrevista ao Professor Armando Castro», em *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto, vol. 8-9, 1990, pp. 5-29; ARIÈS, Philippe, WINOCK, Michel (colab.), *Un historien du dimanche*, Paris, Seuil, 1980; BASTIEN, Carlos, «A obra económica de Armando Castro», in *Boletim de Ciências Económicas*, volume XLV, 2002, pp. 1-28 ; BASTIEN, Carlos, «Armando Castro e o ISEG», em *Centenário do nascimento de Armando Castro (1918-1999)*, Faculdade de Economia do Porto, 2018, pp. 32-40; entrada sem autor «Armando Castro» em ROCHA, Ilídio (coord.), Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (org.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, Vol. IV, Mem Martins, Europa-América, 1997, pp. 669-671; entrada sem autor «Castro, Armando Fernandes de Morais e (1918-1999)» em LEMOS, Mário Matos e, TORRALBA, Luís Reis (coord. e prefácio), *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973)*, Lisboa, Assembleia da República, 2009, pp. 143-144; GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975 (2ª edição, primeira em 1971); LOPES, Óscar, « In Memoriam », em *Avante!*, n°1334, 24 de Junho de 1999 : (disponível online: <http://www.avante.pt/arquivo/1334/3403c4.html>); PIMENTA, Carlos, «A obra de Armando Castro», *Le Monde Diplomatique*, ano 1, n°11, 2000; PIMENTA, Carlos, «Evocação de Armando Castro “Crítica e Epistemologia”», *Vértice*, n°93, 2000, pp. 87-94; VIEIRA, Daniel, “Armando Castro (1918-2018), “Esperar sentado à soleira da porta da história que o capitalismo apodrecido se desmorone é afinal ajugar à que se perpetue””, *Avante!*, n° 2328, 12 de Julho de 2018.

Christophe Araújo